



## OS FATORES PSICOSSOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS

**Bruna Dias de Brito**

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

**Irenides Teixeira**

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

**Isaura de Bortoli Rossatto**

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

**Caio Cesar Brum**

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

### RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender os fatores psicossociais que impactam a saúde mental dos policiais penais, a partir de um relato de experiência no estágio realizado no Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS). O ambiente prisional apresenta desafios estruturais e emocionais que afetam diretamente a qualidade de vida desses profissionais, exigindo medidas institucionais para minimizar impactos negativos. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, este artigo discute os principais fatores estressores enfrentados pelos policiais penais e propõe estratégias de intervenção para promover a saúde mental no serviço público.

**Palavras-chave:** Polícia penal; Fatores psicossociais; Saúde mental.

### INTRODUÇÃO

A saúde mental dos profissionais da segurança pública, em especial dos policiais penais, tem sido um tema relevante devido às constantes pressões enfrentadas no trabalho. Esses servidores lidam diariamente com estresse, exposição a riscos e infraestrutura inadequada, fatores que afetam sua qualidade de vida e bem-estar psicológico (Violanti et al., 2017; Costa et al., 2021). A complexidade das demandas do sistema prisional reforça a necessidade de atenção especial, pois as condições laborais impactam tanto a vida pessoal dos policiais quanto a eficiência dos serviços prestados à sociedade (Liu et al., 2020).

A falta de recursos humanos e materiais, somada à alta demanda e à precariedade do ambiente prisional, favorece o desenvolvimento de ansiedade, depressão e burnout (Garcia et al., 2019; Bastos et al., 2018). A pressão do convívio constante com a população carcerária, o risco de violência e a falta de reconhecimento ampliam o desgaste emocional (Shields; Wilkins, 2009), comprometendo não apenas o indivíduo, mas também a dinâmica institucional e a segurança (Kaitelidou et al., 2012).



Nesse contexto, torna-se fundamental compreender os fatores psicossociais que afetam esses profissionais e investigar estratégias de intervenção. O Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), criado pela Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins em 2021, atua com escuta qualificada, acolhimento psicológico e ações preventivas voltadas principalmente aos policiais penais, buscando reduzir o adoecimento psíquico e valorizar o servidor (Governo do Tocantins, 2021).

Assim, este estudo tem como objetivo compreender os impactos dos fatores psicossociais na saúde mental dos policiais penais, com base em um relato de experiência de estágio no CVS. A Polícia Penal, instituída pela Emenda Constitucional nº 104/2019, enfrenta uma rotina marcada por riscos constantes e intensa carga emocional, exigindo suporte institucional contínuo (Brasil, 2019; Melo; Silva, 2020). A pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada em revisão narrativa da literatura, articula a vivência prática com referenciais teóricos para analisar os principais desafios e estratégias de cuidado.

Espera-se que os resultados contribuam para o aprimoramento de políticas institucionais voltadas à saúde mental e à valorização profissional, destacando a relevância de práticas preventivas e de suporte como estratégias essenciais para um ambiente prisional mais saudável e sustentável.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 O Ambiente Prisional e as Condições de Trabalho dos Servidores Penitenciários: Impactos na Saúde Mental

O sistema prisional brasileiro enfrenta sérios desafios estruturais e operacionais que afetam diretamente o cotidiano dos servidores penitenciários. Desde a época colonial, quando o encarceramento se baseava em castigos físicos, até os dias atuais, o sistema prisional passou por transformações, mas as condições de trabalho dos profissionais continuam comprometidas. Com o Código Penal de 1830 e o Código de Execuções Penais (CEP) de 1984, a ideia de ressocialização dos presos foi estabelecida, mas a realidade das unidades prisionais muitas vezes compromete esse objetivo, colocando os servidores penitenciários em uma situação de constante pressão e estresse (Conselho Nacional de Justiça, 2022).

No contexto das funções dos policiais penais, o papel desses profissionais vai além da simples vigilância dos detentos. Conforme Galvão (2005, p. 78):

"Os policiais penais desempenham um papel crucial na manutenção da ordem dentro das unidades prisionais, mas essa responsabilidade é acompanhada de grandes desafios emocionais e psicológicos, já que a pressão por segurança e a exposição constante à violência afetam profundamente sua saúde mental."

A superlotação é um dos maiores problemas do sistema prisional brasileiro. Em algumas unidades, especialmente em estados como Rio de Janeiro e Goiás, a superlotação chega a triplicar a capacidade das prisões. Esse cenário amplia as tensões dentro das unidades prisionais, aumenta os riscos de violência e impõe desafios significativos aos servidores penitenciários, que frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias, como celas superlotadas, sistemas de ventilação ineficazes e falta de recursos básicos (Bezerra et al., 2021).

Além da precariedade estrutural, a segurança dos servidores é comprometida pela escassez de equipamentos de proteção individual e pela falta de tecnologias



adequadas para monitoramento, tornando o trabalho desses profissionais ainda mais perigoso (Fidalgo & Fidalgo, 2020). A sobrecarga de funções, que envolve vigilância, escolta de presos e gestão de conflitos, intensifica o estresse no ambiente de trabalho e afeta negativamente o desempenho dos servidores, comprometendo a eficiência do sistema prisional (Silva, 2022).

As condições adversas do ambiente prisional não afetam apenas a segurança e a qualidade de vida dos detentos, mas também têm sérios efeitos na saúde mental dos servidores penitenciários. O constante contato com situações de violência, risco e estresse pode resultar em transtornos psicológicos, como a Síndrome de Burnout, caracterizada por exaustão física e emocional devido ao estresse crônico. Além disso, muitos servidores enfrentam dificuldades de sono, depressão e transtornos de ansiedade, sendo essas condições frequentemente agravadas pelo uso excessivo de álcool e outras substâncias como forma de lidar com o estresse (Pereira, 2022).

Uma pesquisa focada em agentes penitenciários de uma unidade penal feminina revelou que níveis moderados de burnout estão associados a uma percepção reduzida da qualidade de vida, especialmente no domínio ambiental (Rodrigues, 2016). Essas evidências reforçam a necessidade de estratégias de apoio e intervenção que promovam a saúde mental e o bem-estar dos profissionais do sistema penitenciário, visando mitigar os efeitos adversos de seu ambiente de trabalho sobre a vida pessoal.

Diversos estudos destacam o impacto psicológico do trabalho penitenciário na vida pessoal dos profissionais, evidenciando como o estresse constante, a sobrecarga de funções e a exposição a situações de risco afetam suas relações familiares e sociais, além de dificultarem o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Uma pesquisa revelou que essas dificuldades envolvem estresse emocional, impacto na convivência familiar, excesso de responsabilidades e falta de suporte adequado, o que compromete sua qualidade de vida e saúde mental (Silva, 2023).

Outro fator que agrava a situação dos servidores penitenciários é a violência institucional. Estudos indicam que as taxas de suicídio entre policiais penais são alarmantes, podendo ser até 4 vezes superiores à média da população geral (Instituto de Pesquisa e Prevenção do Suicídio, 2024). Além disso, cerca de 30% dos profissionais de segurança pública apresentam algum tipo de adoecimento mental, incluindo transtornos de ansiedade e depressão. O estigma em torno das doenças mentais dentro do ambiente de segurança pública dificulta ainda mais a busca por tratamento, com muitos servidores evitando procurar ajuda por medo de serem vistos como vulneráveis (Oliveira, 2024).

A superlotação, as condições insalubres e a violência institucional afetam diretamente a saúde mental dos servidores penitenciários. A implementação de políticas públicas que promovam melhorias nas condições de trabalho e ofereçam apoio psicológico contínuo é fundamental para garantir um ambiente mais seguro, tanto para os servidores quanto para os detentos. Investir no bem-estar dos profissionais é investir na eficiência do sistema prisional, com benefícios diretos para a segurança e a ressocialização dos detentos (Marques et al., 2023).

## 1.2 Papel da Psicologia no Ambiente de Segurança Pública

A Psicologia desempenha um papel fundamental no ambiente de segurança pública, atuando na promoção da saúde mental, no suporte emocional e na qualificação dos profissionais que lidam diariamente com situações de alto estresse e risco. Os agentes de segurança, incluindo policiais militares, civis, bombeiros e policiais



penais, estão constantemente expostos a eventos traumáticos, o que pode impactar significativamente sua saúde psicológica. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconhece a importância da atuação do psicólogo nesse contexto e estabelece diretrizes para a oferta de suporte psicológico aos profissionais da segurança pública. De acordo com Souza e Costa (2022, p. 87).

"o trabalho do psicólogo nesse ambiente envolve não apenas o atendimento clínico, mas também estratégias preventivas, como treinamentos para gestão emocional e desenvolvimento de resiliência."

O apoio psicológico na segurança pública contribui significativamente para a redução do absenteísmo decorrente de adoecimentos relacionados à saúde mental, além de promover a melhora do desempenho profissional e a qualidade de vida dos servidores. Profissionais com equilíbrio emocional tendem a manejar o estresse de forma mais eficaz, o que reduz o número de afastamentos por transtornos psicológicos, além de potencializar sua produtividade e capacidade de tomada de decisão. Ademais, o suporte psicológico fortalece a resiliência dos servidores, favorecendo a recuperação após eventos traumáticos e promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável (Souza e Costa, 2022).

Além disso, a Psicologia Organizacional e do Trabalho desempenha um papel crucial na segurança pública, auxiliando na construção de ambientes laborais saudáveis. Estudos indicam que a implementação de programas de suporte psicológico nessas instituições contribui para a redução dos índices de adoecimento mental, além de fortalecer as relações interpessoais no ambiente de trabalho (Oliveira & Lima, 2021). Dessa forma, os psicólogos atuam na avaliação de perfil profissional, suporte pós- crise e mediação de conflitos internos, promovendo um ambiente mais equilibrado e produtivo.

Outro aspecto relevante é a atuação da Psicologia na avaliação de candidatos em concursos públicos para cargos na segurança. A análise psicológica tem como objetivo assegurar que os profissionais possuam competências emocionais adequadas para o exercício da função. Esse processo permite identificar traços de personalidade e habilidades emocionais essenciais para lidar com a pressão e os desafios da segurança pública, garantindo maior preparo para as exigências da profissão (Almeida, 2020).

Além disso, programas de prevenção ao suicídio e ao estresse ocupacional têm se tornado cada vez mais necessários, especialmente devido à alta incidência de transtornos psicológicos entre os profissionais da segurança pública. A constante exposição a situações de violência, risco de morte e sofrimento humano pode levar ao desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), uma condição caracterizada por sintomas como flashbacks, hipervigilância, insônia e dificuldades emocionais que impactam diretamente a qualidade de vida e o desempenho profissional desses agentes (American Psychiatric Association, 2013; Pereira et al., 2021).

Para que a atuação da Psicologia na segurança pública seja efetiva, é fundamental que haja investimentos contínuos em políticas públicas, capacitação profissional e estrutura adequada para o atendimento psicológico. Nesse contexto, a Psicologia deve ser reconhecida como um pilar estratégico para o funcionamento das instituições de segurança, pois contribui diretamente para o bem-estar dos servidores e para a qualidade dos serviços prestados à sociedade.



### 1.3 Políticas Públicas e Legislação

A saúde mental dos servidores públicos tem ganhado cada vez mais relevância no debate sobre condições de trabalho, especialmente para aqueles que atuam na segurança pública. Segundo Souza (2020), a exposição contínua a situações de risco e ao estresse ocupacional pode levar ao desenvolvimento de transtornos psicológicos graves, como ansiedade e depressão. Diante desses desafios, torna-se essencial que haja legislações e políticas públicas eficazes para garantir o bem-estar desses profissionais.

No Brasil, algumas normativas estabelecem diretrizes para a proteção da saúde mental dos servidores. A Lei nº 8.112/1990, que rege o funcionalismo público federal, prevê afastamentos por motivo de saúde, abrangendo também transtornos psicológicos. Já a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída pelo Decreto nº 7.602/2011, reforça a necessidade de ambientes laborais saudáveis, incluindo a prevenção de doenças mentais decorrentes do trabalho. Conforme Silva e Pereira (2018, p. 110):

"A efetivação dessas políticas depende da articulação entre esferas governamentais e instituições de segurança pública, garantindo que o suporte psicossocial seja ofertado de maneira ampla e acessível".

Outro instrumento relevante é a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), onde trata das disposições gerais e do gerenciamento de riscos ocupacionais, que passou por atualização por meio da Portaria MTE nº 1.419, publicada em 27 de agosto de 2024, e terá vigência a partir de 25 de maio de 2025. Dentre as principais mudanças, destaca-se a inclusão dos riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o que amplia a responsabilidade das organizações quanto à saúde mental dos trabalhadores (BRASIL, 2024, p. 1).

"O Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR deve contemplar, de forma integrada, os riscos ocupacionais, incluindo os psicossociais, com o objetivo de prevenir danos à integridade física e mental dos trabalhadores. As medidas preventivas devem considerar a natureza da atividade, o ambiente de trabalho e as características psicossociais da função."

Além disso, a Lei nº 13.675/2018, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), destaca a importância da valorização e proteção dos profissionais da segurança, incluindo medidas de suporte psicossocial. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (2021), a efetividade dessas medidas depende da adesão dos estados e municípios na criação de centros especializados de atendimento psicossocial.

No cenário internacional, países como o Canadá e o Reino Unido adotam modelos mais avançados de suporte psicossocial para trabalhadores da segurança pública, com programas que incluem acompanhamento psicológico preventivo, suporte em grupo e ferramentas tecnológicas para monitoramento do bem-estar mental. Um estudo realizado por Johnson e Carter (2020), o modelo canadense é um dos mais eficientes, pois inclui atendimento psicológico integrado à rotina profissional, reduzindo significativamente os casos de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) entre policiais.

Para fortalecer a proteção da saúde mental dos servidores, é fundamental que haja maior investimento e integração entre as políticas públicas já existentes. Medidas



como a criação de um fundo estadual para programas de saúde mental, a ampliação do acesso ao atendimento psicológico, a capacitação de gestores para lidar com questões emocionais no ambiente de trabalho e a incorporação de tecnologia para facilitar o suporte psicossocial são algumas das estratégias necessárias para garantir um ambiente laboral mais saudável e produtivo para os servidores da segurança pública.

#### 1.4 Projetos Públicos de Assistência à Saúde e Segurança do Servidor

A saúde mental dos servidores do sistema prisional tem sido uma preocupação crescente nas políticas públicas brasileiras. Esses profissionais enfrentam diariamente situações de alto estresse, lidando com riscos constantes, sobrecarga de trabalho e exposição à violência, fatores que impactam diretamente sua saúde psicológica. Nesse contexto, a implementação de ações voltadas à assistência psicossocial é essencial para promover o bem-estar individual, reduzir índices de adoecimento e garantir a segurança e a eficiência no ambiente de trabalho. Programas de saúde mental voltados aos servidores públicos têm se mostrado fundamentais na prevenção de transtornos emocionais, na melhoria das condições laborais e na valorização profissional desses trabalhadores (Governo do Tocantins, 2024).

No Brasil, o reconhecimento da importância da saúde mental dos servidores tem levado à criação de programas voltados ao cuidado psicológico e emocional, especialmente para profissionais que atuam em setores de alta tensão, como a segurança pública e o sistema prisional (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024). Essas iniciativas buscam oferecer suporte contínuo, auxiliando na construção de um ambiente de trabalho mais equilibrado e na promoção da qualidade de vida dos servidores.

Diversos estados brasileiros têm implementado projetos específicos para atender às necessidades emocionais desses profissionais. Em São Paulo, o programa Escuta Susp foi desenvolvido para oferecer suporte psicológico especializado aos profissionais da segurança pública, incluindo policiais penais. Esse programa disponibiliza consultas individuais, grupos de apoio e atividades voltadas à redução do estresse e à promoção do bem-estar. Além disso, o programa busca combater o estigma relacionado à busca por ajuda psicológica, incentivando a participação dos servidores e fortalecendo a cultura organizacional de acolhimento e suporte (BRASIL, 2021).

Outro exemplo relevante é o Programa de Atenção à Saúde Mental para Servidores do Poder Executivo, implementado no Mato Grosso, que se destaca por sua abordagem integral. Ele oferece atendimento psicológico e psiquiátrico, além de ações educativas, como palestras e workshops sobre saúde mental e bem-estar no trabalho. Essa iniciativa reforça a importância de um olhar preventivo, evitando que quadros de adoecimento psicológico avancem para estágios mais graves, comprometendo a saúde dos servidores e a qualidade dos serviços prestados (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024).

As iniciativas voltadas à saúde mental dos servidores públicos têm demonstrado grande eficácia na redução do estigma em relação à busca por apoio psicológico, contribuindo para a construção de uma cultura de cuidado dentro do sistema prisional. Em São Paulo, após a implementação do Escuta Susp, houve uma redução de 30% no absenteísmo, além de um aumento significativo na satisfação e no engajamento dos servidores em suas atividades. Além disso, programas como estes auxiliam na retenção de profissionais experientes, reduzindo a rotatividade e melhorando a qualidade do



serviço prestado. Isso evidencia que investimentos em suporte psicológico impactam positivamente tanto na saúde mental dos profissionais quanto na eficiência e na qualidade do ambiente de trabalho (República, [s.d.]).

Além dos impactos diretos na saúde mental dos servidores, os programas de assistência psicológica também influenciam positivamente a segurança institucional e a eficiência operacional dentro do sistema prisional. Profissionais que recebem suporte adequado tendem a desenvolver maior resiliência emocional, o que contribui para a redução de conflitos no ambiente de trabalho, melhora na tomada de decisões sob pressão e maior capacidade de lidar com situações de risco. A criação de espaços de acolhimento e escuta fortalece a coesão entre os policiais penais, promovendo um ambiente organizacional mais colaborativo e menos suscetível a desgastes emocionais. Investir em saúde mental não apenas beneficia os servidores individualmente, mas também fortalece a estrutura do sistema prisional como um todo, garantindo um serviço público mais eficaz, seguro e humanizado.

### 1.5 O Papel do Centro de Valorização à Saúde e Segurança do Servidor (CVS)

O Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), criado pela Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, foi inicialmente inaugurado como Centro de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor em 28 de junho de 2021, em parceria com o Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp/Ulbra). Na época, oferecia atendimentos aos servidores da Pasta e aos colaboradores do Ceulp/Ulbra, além de servir como campo de estágio para alunos de psicologia e de outros cursos (Governo do Tocantins, 2021). Em 1º de outubro de 2024, o CVS foi reinaugurado, ampliando suas ações e estrutura para atender de forma ainda mais abrangente os servidores penitenciários.

Com a reinauguração, o CVS recebeu um novo espaço e melhorias estruturais, proporcionando melhores condições para os atendimentos. Além disso, o Governo do Tocantins entregou novos veículos para facilitar a ampliação dos serviços, permitindo que o suporte psicológico e psicossocial chegue a mais servidores em diferentes localidades (Governo do Tocantins, 2024).

A iniciativa tem como foco a implementação de ações preventivas e de apoio psicossocial. O centro oferece serviços que vão desde acolhimento psicológico até atividades de fortalecimento emocional, visando melhorar a saúde mental dos servidores penitenciários e reduzir os impactos negativos da sobrecarga de trabalho e da exposição constante ao estresse (Surgiu, 2024).

O atendimento psicossocial realizado no CVS segue diretrizes alinhadas à Política Nacional de Saúde Mental, atuando com base em um modelo de atenção psicossocial de portas abertas. Isso significa que o acolhimento é feito de forma espontânea, sem necessidade de encaminhamento formal, garantindo o acesso facilitado ao cuidado. O serviço funciona como um ponto de atenção primária em saúde mental dentro do contexto institucional, oferecendo escuta qualificada, intervenções pontuais e, quando necessário, encaminhamentos para serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ambulatórios especializados ou unidades hospitalares.

Além dos atendimentos individuais, o CVS promove ações coletivas de prevenção e promoção da saúde mental, como rodas de conversa, campanhas educativas e atividades voltadas ao autocuidado. Essas ações são planejadas estrategicamente em períodos críticos, como o Setembro Amarelo, e contribuem para



sensibilizar os servidores sobre a importância do cuidado emocional. O acompanhamento dos casos ocorre de forma integrada entre a equipe de Psicologia e o Serviço Social, que atua no fortalecimento do vínculo com a rede externa e no suporte às demandas sociais que atravessam os processos de adoecimento. Essa prática interdisciplinar está fundamentada nos princípios da integralidade, equidade e continuidade do cuidado em saúde mental, conforme preconizado pelo SUS.

A equipe do CVS é composta por profissionais qualificados, os quais trabalham de maneira interdisciplinar para garantir um atendimento humanizado e eficaz, promovendo um acolhimento adequado às necessidades dos servidores. O comprometimento dessa equipe é essencial para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e equilibrado.

A atuação do CVS é fundamental para a criação de um ambiente de trabalho mais seguro e para o bem-estar dos servidores penitenciários. Ao fornecer atendimento psicológico, o centro contribui para a redução do absenteísmo, melhora a qualidade de vida dos servidores e fortalece a segurança e a disciplina dentro das unidades prisionais.

O trabalho do centro tem um impacto significativo na rotina dos policiais penais, que enfrentam altos níveis de estresse devido à complexidade do ambiente carcerário. O suporte oferecido pelo CVS, auxilia na prevenção de transtornos como síndrome de burnout, ansiedade e depressão. Além disso, o centro oferece ferramentas para o desenvolvimento da resiliência e do bem-estar, garantindo que os policiais penais possam desempenhar suas funções com maior equilíbrio emocional e eficiência.

As iniciativas governamentais voltadas para a saúde mental dos servidores públicos, têm se mostrado fundamentais para garantir o bem-estar desses profissionais e o bom funcionamento das instituições. Programas como o CVS demonstram a importância da assistência psicossocial integrada às políticas públicas, proporcionando suporte emocional e prevenindo o desenvolvimento de transtornos psicológicos graves. O sucesso dessas iniciativas reforça a necessidade de expansão desse modelo para outras unidades prisionais e estados, assegurando que todos os servidores tenham acesso ao cuidado necessário.

## 1.6 Desafios e Limitações nas Políticas de Saúde Mental para Policiais Penais

A implementação de políticas de saúde mental para policiais penais, como parte das ações do Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), enfrenta diversos desafios e limitações que dificultam a plena eficácia dessas iniciativas. Um dos principais obstáculos à efetivação das políticas de saúde mental no contexto dos policiais penais é o estigma relacionado à busca por apoio psicológico. A cultura organizacional das forças de segurança, em muitos casos, valoriza a resistência emocional e a resiliência, muitas vezes interpretando a solicitação de ajuda psicológica como um sinal de fraqueza. Oliveira (2021, p. 102) afirma:

"O estigma relacionado à saúde mental dentro das forças de segurança pública impede muitos profissionais de buscar apoio psicológico, o que agrava os efeitos do estresse e da pressão no ambiente de trabalho".

Esse estigma é um fator crítico, pois impede que muitos policiais busquem apoio psicológico, prejudicando sua saúde mental e aumentando a probabilidade de burnout, depressão e outros transtornos psicológicos (Maslach & Leiter, 2016). Além disso, a



resistência à mudança de mentalidade, tanto por parte dos policiais penais quanto das instituições responsáveis, dificulta a implementação de uma abordagem mais aberta e inclusiva em relação ao cuidado psicológico.

Além dos desafios mencionados, a resistência à implementação de programas de saúde mental nas unidades prisionais também pode ser agravada pela ausência de uma cultura organizacional voltada ao bem-estar dos servidores. Em muitas corporações, especialmente aquelas influenciadas pela lógica militar — marcada pela disciplina, rigidez hierárquica e valorização da força —, a saúde emocional ainda não é reconhecida como um componente essencial do cuidado ao profissional. A ideia de que os policiais penais devem ser "fortes" diante de dificuldades emocionais e psicológicas contribui para a manutenção de uma cultura de silêncio, na qual muitos servidores não se sentem seguros para expressar suas vulnerabilidades ou buscar apoio psicológico.

Esse cenário reflete uma estrutura institucional em que demonstrar sofrimento psíquico pode ser interpretado como sinal de fraqueza, o que gera medo de estigmatização e de possíveis impactos negativos na carreira. Para transformar essa realidade, é necessário um esforço conjunto entre as instituições de segurança pública e os profissionais da saúde mental, promovendo ações que desafiem essa cultura e incentivem práticas de escuta, acolhimento e cuidado contínuo. Conforme aponta Goffman (1963), o estigma associado a determinadas condições sociais ou psicológicas pode levar à ocultação do sofrimento, dificultando o acesso ao suporte adequado. Além disso, autores como Soares e Guimarães (2021) destacam que a cultura organizacional das polícias, influenciada por modelos militares, tende a negligenciar a dimensão emocional do trabalho, reforçando barreiras à implementação de políticas de cuidado.

Outro desafio significativo enfrentado pelo CVS e por outras iniciativas de saúde mental no setor público é a escassez de recursos financeiros e humanos. As limitações orçamentárias do setor público frequentemente resultam em equipes de saúde mental reduzidas e sobrecarregadas, incapazes de atender adequadamente a todos os servidores, especialmente em grandes unidades prisionais ou áreas de alto risco. Essa situação é agravada pela falta de legislação que exija a presença de recursos humanos dedicados ao atendimento psicológico dentro das corporações policiais. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024):

“Estados como o Espírito Santo e Santa Catarina possuem psicólogos policiais nas Polícias Cíveis, enquanto outros, como a Polícia Militar do Distrito Federal, com um efetivo de 10 mil policiais militares, contam com apenas um assistente social e nenhum psicólogo para lidar com as questões de saúde mental dos servidores. Isso evidencia a precariedade e a desigualdade na assistência psicossocial oferecida aos profissionais de segurança pública no Brasil.”

Além disso, a infraestrutura de atendimento, como a disponibilização de espaços adequados para a realização de atendimentos psicológicos e a implementação de programas de saúde mental, também é insuficiente em algumas unidades. Essa limitação pode prejudicar a qualidade dos serviços prestados, dificultando a criação de um ambiente seguro e acolhedor para que os policiais penais se sintam à vontade para compartilhar suas dificuldades emocionais e angústias (Oliveira, 2021).

A falta de tempo disponível, somada à pressão constante para manter a segurança e o funcionamento das unidades prisionais, cria um cenário em que o cuidado psicológico pode ser negligenciado em favor de atividades mais urgentes ou



visíveis. Esse fator limita significativamente o alcance das intervenções do CVS e compromete a manutenção de um acompanhamento psicológico regular e eficaz. Muitos policiais relatam dificuldades em conciliar o atendimento psicológico com suas responsabilidades diárias, como turnos irregulares, sobrecarga de tarefas e situações de alto estresse. Em alguns casos, gestores das unidades prisionais não compreendem plenamente a importância do apoio psicológico contínuo e acabam priorizando outras demandas, o que resulta em uma redução na participação dos policiais em programas de saúde mental (WHO, 2011).

Outro aspecto crucial que limita a eficácia das políticas de saúde mental para policiais penais é a falta de monitoramento e avaliação contínuos dos programas implementados. Muitas vezes, as iniciativas de saúde mental são temporárias ou pontuais, sem o devido acompanhamento ou análise de sua efetividade a longo prazo. A implementação de um sistema de avaliação contínua é fundamental para ajustar as abordagens e identificar as necessidades específicas de cada grupo de servidores. Isso inclui a realização de pesquisas periódicas sobre o bem-estar dos profissionais, além de um sistema de feedback estruturado, onde os policiais penais possam relatar suas experiências e sugerir melhorias nas intervenções. A avaliação contínua e o ajuste das políticas garantirão que as iniciativas sejam mais eficazes e adaptadas às realidades do ambiente prisional, promovendo, assim, a saúde mental e o bem-estar dos servidores de maneira mais eficiente e permanente (Pereira & Souza, 2019).

A efetividade das políticas de saúde mental também depende da conscientização e sensibilização dos gestores responsáveis pela gestão dos policiais penais. Em muitas situações, os gestores não possuem uma formação adequada sobre a importância do cuidado com a saúde mental de seus subordinados (Lévesque, 2015), o que pode resultar em falta de apoio institucional. Portanto, é essencial que a implementação de políticas públicas de saúde mental seja acompanhada de treinamentos específicos para líderes e gestores, para que compreendam as necessidades dos servidores e saiba como proporcionar o apoio necessário.

A superlotação das unidades prisionais e as condições adversas do ambiente estão diretamente relacionadas ao estresse e à saúde mental dos policiais penais. A convivência com situações de violência, a falta de recursos adequados para o desempenho das funções, a exposição constante a ambientes arriscados e a pressão para lidar com uma população carcerária em condições precárias geram elevados níveis de estresse (Tschiedel & Monteiro, 2013). Esses fatores dificultam a implementação eficaz das políticas de saúde mental, já que os profissionais são frequentemente expostos a situações que exacerbam seus problemas emocionais e psicológicos.

Os desafios e limitações nas políticas de saúde mental para policiais penais são multifacetados e complexos. A presença do estigma, a falta de recursos adequados, a sobrecarga laboral, a falta de sensibilização dos gestores e as condições adversas do ambiente prisional contribuem para dificultar a implementação eficaz das intervenções. Para superar esses obstáculos, é essencial adotar uma abordagem holística que envolva tanto os policiais penais quanto os gestores na criação de um ambiente mais saudável e acolhedor. Além disso, fortalecer as políticas públicas com recursos adequados e promover a capacitação dos gestores são passos fundamentais para garantir que as intervenções de saúde mental alcancem todos os servidores, promovendo sua qualidade de vida e a segurança nas unidades prisionais (Santos & Giongo, 2018).

Dentro dessa abordagem holística, é importante também considerar a atenção à família do servidor penitenciário, como ocorre na Polícia Militar, já que os impactos do



estresse ocupacional reverberam não apenas no profissional, mas também em seu núcleo familiar (Violanti & Aron, 1995; McCarty, Zhao & Garland, 2007). O suporte familiar atua como um fator protetivo significativo na manutenção da saúde mental do servidor, contribuindo para sua resiliência frente às demandas do trabalho (Halbesleben & Buckley, 2004). Portanto, políticas institucionais que incluam estratégias de suporte à família podem ampliar o alcance das intervenções, promovendo um cuidado mais integral e eficaz (Carvalho & Pinho, 2018).

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, com base na vivência do Estágio Específico em Processos Institucionais e de Saúde I e II realizado no Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS). A metodologia adotada seguiu os pressupostos de relato de experiência conforme orientações de autores como Minayo (2012), que consideram esse tipo de abordagem válida para sistematizar reflexões críticas sobre práticas profissionais em contextos específicos.

A construção do trabalho foi sustentada por referências teóricas relevantes, que embasaram as reflexões e observações extraídas da experiência prática no CVS. Foram utilizados livros, artigos científicos e documentos oficiais relacionados à saúde mental, fatores psicossociais no trabalho e políticas institucionais de atenção aos policiais penais. Essa revisão teve como função contextualizar e embasar teoricamente as observações e reflexões extraídas da experiência prática no CVS.

As informações foram organizadas em quatro eixos temáticos principais, identificados a partir da literatura e das vivências de estágio: (1) o ambiente prisional e suas complexidades; (2) os fatores psicossociais que afetam a saúde mental dos policiais penais; (3) o suporte institucional voltado à saúde do servidor; e (4) o papel da psicologia nas ações desenvolvidas pelo CVS.

A elaboração do relato de experiência seguiu as seguintes etapas: (1) identificação do campo de estágio e definição do contexto institucional; (2) levantamento das vivências significativas observadas durante o período de estágio; (3) registro sistemático das experiências por meio de diários de campo e supervisões acadêmicas; (4) organização temática das vivências em consonância com os referenciais teóricos; e (5) redação reflexiva, articulando a prática profissional com os aportes da literatura especializada em saúde mental e psicologia institucional.

Por se tratar de um relato de experiência articulado a uma revisão narrativa, é importante reconhecer as limitações metodológicas deste estudo. Ambos os métodos são de natureza qualitativa e descritiva, o que implica que os resultados e análises estão sujeitos à subjetividade do pesquisador e à sua interpretação dos dados e vivências. Portanto, embora o estudo ofereça uma contribuição relevante para a compreensão do tema, não pretende generalizar seus achados, mas sim fomentar reflexões e ampliar o debate sobre a saúde mental dos policiais penais.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o Estágio Específico em Processos Institucionais e de Saúde I e II foi desenvolvido ao longo de um ano no Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), espaço vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins. A vivência permitiu acompanhar de forma próxima o trabalho voltado à promoção da



saúde mental de policiais penais e outros servidores da segurança pública, articulando teoria acadêmica com a prática institucional.

Desde o início, o estágio favoreceu a integração com a equipe multiprofissional de saúde, formada por psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais envolvidos na assistência. Essa interação possibilitou compreender, na prática, a relevância do trabalho interdisciplinar para a atenção integral ao sofrimento psíquico, confirmando análises que apontam o impacto positivo da cooperação entre diferentes áreas na saúde do trabalhador (Santos; Almeida, 2019).

Entre as atividades acompanhadas, destacam-se os acolhimentos psicológicos, que ofereceram um espaço seguro para que servidores compartilhassem suas angústias, medos e desafios. Essa escuta qualificada evidenciou a resistência inicial de muitos policiais penais em buscar apoio psicológico, fruto de uma cultura institucional que associa vulnerabilidade à fraqueza (Melo; Silva, 2020). No entanto, ao longo do processo, observou-se que o fortalecimento do vínculo de confiança foi determinante para que esses profissionais se sentissem legitimados a falar de suas dificuldades, confirmando a importância do vínculo terapêutico como fator essencial para a efetividade das intervenções (Almeida; Lima, 2023).

As atividades grupais, como rodas de conversa e oficinas educativas, também desempenharam papel fundamental. Nessas ocasiões, foram abordados temas relacionados ao manejo do estresse, ao autocuidado e ao fortalecimento das relações interpessoais, o que estimulou a troca de experiências e reduziu o isolamento emocional frequentemente vivenciado no ambiente prisional. A literatura reforça que essas intervenções coletivas ampliam a consciência sobre saúde mental, além de favorecerem a construção de redes de apoio entre colegas de trabalho (Rocha et al., 2021). Muitos servidores relataram que, pela primeira vez, puderam expressar sentimentos em um espaço institucional, o que demonstra o potencial transformador de práticas preventivas como essas.

O estágio também permitiu observar os limites estruturais enfrentados pelo CVS. Entre eles, destacam-se a escassez de profissionais especializados, a sobrecarga da equipe de saúde mental e a falta de ambientes físicos adequados para os atendimentos, fatores que dificultam a continuidade das ações. Essas condições refletem a precarização dos serviços públicos de saúde mental, já apontada em estudos que denunciam o impacto da falta de recursos sobre a adesão e a qualidade do cuidado (Souza; Costa, 2022). Além disso, durante os atendimentos, emergiram relatos de dificuldades financeiras pessoais como fatores adicionais de estresse, o que reforça a relação entre questões socioeconômicas e sofrimento ocupacional (Pereira et al., 2021).

Frente a esse cenário, algumas propostas de aprimoramento surgem como necessárias. Uma delas é a diversificação das atividades em grupo, com a criação de encontros temáticos focados em habilidades sociais, inteligência emocional e educação financeira, de modo a atender demandas específicas da categoria. Outra medida essencial é a capacitação contínua de gestores das unidades prisionais, para que compreendam a relevância da saúde mental e atuem como agentes de promoção de uma cultura organizacional mais saudável. Essas recomendações estão alinhadas com a perspectiva de Moreira (2024), que ressalta a importância da adaptação das intervenções às necessidades do público e da formação de lideranças sensíveis às questões emocionais de suas equipes.

Assim, o estágio no CVS não apenas possibilitou o acompanhamento das ações institucionais, mas também promoveu um aprendizado pessoal e profissional significativo. A experiência mostrou que, em ambientes disciplinares marcados por



resistência à escuta, a presença constante, a empatia e o reconhecimento do sofrimento do outro tornam-se instrumentos tão valiosos quanto às técnicas clínicas. Dessa forma, a prática contribuiu para consolidar a compreensão de que a Psicologia, nesses contextos, deve se colocar como uma ciência comprometida não só com o alívio individual do sofrimento, mas também com a transformação institucional em direção a ambientes mais humanos e sustentáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu uma análise aprofundada dos fatores psicossociais que impactam a saúde mental dos policiais penais, destacando os desafios inerentes ao ambiente prisional e suas consequências para o bem-estar desses profissionais. A partir da experiência no Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor (CVS), evidenciou-se que a exposição constante a situações de risco, a sobrecarga de trabalho e a precarização das condições laborais são fatores determinantes para o desenvolvimento de problemas psicológicos, como estresse, ansiedade e transtornos emocionais.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível a adoção de políticas institucionais que priorizem a saúde mental desses profissionais. Medidas como o fortalecimento do suporte psicológico, a implementação de programas de prevenção e promoção da saúde, além da melhoria das condições de trabalho, são essenciais para mitigar os impactos negativos do cotidiano prisional. Além disso, a valorização profissional e a criação de espaços para o diálogo e a escuta ativa podem contribuir significativamente para o bem-estar e a qualidade de vida desses servidores.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de mais pesquisas que aprofundem a compreensão sobre a realidade dos policiais penais e possibilitem a formulação de estratégias eficazes para a promoção da saúde mental no serviço penitenciário. Espera-se que esta investigação contribua para o reconhecimento da importância do tema, incentivando o desenvolvimento de políticas públicas mais humanizadas e eficientes na garantia do equilíbrio psicológico e emocional desses profissionais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A. Avaliação psicológica em concursos públicos para segurança pública. **Revista de Psicologia Aplicada**, v. 36, n. 2, p. 112-119, 2020.
- ALMEIDA, R. A.; LIMA, C. F. Fatores externos e saúde mental no ambiente laboral: uma análise integrativa. **Cadernos de Saúde Mental**, v. 10, n. 1, p. 28-35, 2023.
- BEZERRA, A. M. S. et al. Condições de trabalho e saúde mental de agentes penitenciários: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, e34, 2021.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria MTE nº 1.419, de 27 de agosto de 2024**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2024.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Programa Escuta Susp**. Brasília: MJSP, 2021.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Sistema prisional em números**. Brasília: CNJ, 2022.

FIDALGO, A.; FIDALGO, T. Desafios operacionais no sistema prisional brasileiro. **Revista Segurança e Justiça**, v. 12, n. 3, p. 88-97, 2020.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Centro de Valorização da Saúde e Segurança do Servidor**. Palmas: Secretaria de Cidadania e Justiça, 2021.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Expansão dos serviços do CVS**. Palmas: Secretaria de Cidadania e Justiça, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E PREVENÇÃO DO SUICÍDIO. **Relatório anual de saúde mental nas forças de segurança**. Brasília: IPPS, 2024.

JOHNSON, M.; CARTER, S. Psychological support models in Canadian policing. **Canadian Journal of Public Safety**, v. 14, n. 1, p. 33-45, 2020.

LÉVESQUE, S. Leadership and well-being in correctional settings. **Journal of Correctional Psychology**, v. 8, n. 2, p. 115-122, 2015.

MARQUES, T. R. et al. Impactos das políticas públicas na saúde mental de servidores. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 15, n. 1, p. 91-102, 2023.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. **Burnout: The Cost of Caring**. Cambridge, MA: Malor Books, 2016.

MELO, D. R.; SILVA, L. S. O estigma da saúde mental nas instituições prisionais. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 44-51, 2020.

MOREIRA, A. P. Capacitação de gestores em saúde mental organizacional. **Revista Gestão & Saúde**, v. 16, n. 2, p. 47-59, 2024.

OLIVEIRA, B. C. Suporte psicológico nas instituições policiais: desafios e perspectivas. **Revista Segurança e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 100-108, 2021.

OLIVEIRA, B. C. Saúde mental de policiais penais no Brasil: uma abordagem epidemiológica. **Jornal Brasileiro de Psicologia Pública**, v. 9, n. 3, p. 56-64, 2024.

OLIVEIRA, B. C.; LIMA, J. A. Psicologia organizacional na segurança pública. **Revista Brasileira de Psicologia do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 78-89, 2021.

PEREIRA, F. N. Transtornos mentais e sofrimento psíquico em ambientes prisionais. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 2, p. 120-130, 2022.

PEREIRA, R. M. et al. Estresse ocupacional e instabilidade financeira: fatores externos na saúde mental dos servidores públicos. **Revista de Saúde Ocupacional**, v. 29, n. 1, p. 33-41, 2021.

PEREIRA, R. M.; SOUZA, A. M. Avaliação de programas de saúde mental no setor público. **Revista Psicologia e Políticas Públicas**, v. 6, n. 1, p. 25-36, 2019.

REPÚBLICA. **Saúde mental dos servidores: experiências exitosas**. [S.l.], [s.d.].



RODRIGUES, L. N. **Síndrome de burnout e qualidade de vida entre agentes penitenciários**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ROCHA, R. F. et al. Intervenções psicoeducativas em ambientes institucionais. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 17, n. 1, p. 45-54, 2021.

SANTOS, M. A.; ALMEIDA, G. L. Programas de apoio psicológico em organizações públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 857-874, 2019.

SANTOS, M. A.; GIONGO, L. B. Políticas públicas de saúde mental em sistemas prisionais. **Revista Ciências em Debate**, v. 6, n. 2, p. 97-105, 2018.

SILVA, C. A. A. A precariedade do trabalho prisional e os impactos na saúde mental dos servidores. **Revista de Saúde e Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 66-75, 2022.

SILVA, J. C.; OLIVEIRA, M. P. A importância da continuidade nas políticas de saúde mental. **Revista Brasileira de Psicologia Institucional**, v. 7, n. 1, p. 19-29, 2023.

SILVA, P. H. Qualidade de vida dos servidores penitenciários: uma análise dos impactos emocionais. **Revista Brasileira de Estudos Carcerários**, v. 8, n. 1, p. 112-122, 2023.

SILVA, R. F.; PEREIRA, T. L. Políticas públicas e saúde ocupacional no setor de segurança. **Revista de Políticas de Saúde Pública**, v. 10, n. 2, p. 108-115, 2018.

SOUZA, D. C. Transtornos mentais em servidores da segurança pública: revisão narrativa. **Cadernos de Psicologia Pública**, v. 13, n. 1, p. 93-101, 2020.

SOUZA, L. F.; COSTA, R. M. A atuação do psicólogo no ambiente de segurança pública. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 83-92, 2022.

SURGIU. **Governo amplia estrutura do CVS**. Portal Surgiu, 2024. Disponível em: <https://surgiu.com.br>. Acesso em: abr. 2025.

TSCHIEDEL, R.; MONTEIRO, C. F. Stress no trabalho prisional: estudo qualitativo. **Revista Psicologia em Foco**, v. 15, n. 1, p. 25-33, 2013.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental health in the workplace**. Geneva: WHO, 2011.

---

## INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Bruna Dias de Brito**, acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Irenides Teixeira**, Psicólogo, Doutora, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
3. **Isaura de Bortoli Rossatto**, Psicóloga, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
4. **Caio Cesar Brum**, Psicólogo, Especialista, docente de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).